



I Encontro Semintur Jr.
Seminário de Pesquisa em Turismo do Mercosul
Saberes e fazeres no turismo: Interfaces



8, 9 e 10 de julho de 2010 - Universidade de Caxias do Sul | Mestrado em Turismo | Caxias do Sul | RS | Brasil

ANÁLISE DO PROJETO DE IMPLANTAÇÃO DO PARQUE ARQUEOLÓGICO DO MORRO DA QUEIMADA – OURO PRETO (MG)

Bruna Gorete Cortezão¹,
Danielle Aparecida Batista²,
Mathaeus Levy Alves Pontelo³,
Bruno Pereira Bedim⁴

Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP)

Resumo: Este artigo analisa o Projeto de Implantação do Parque Arqueológico do Morro da Queimada, contextualizando a atratividade histórica e arqueológica que compõe este patrimônio cultural situado nas encostas da Serra de Ouro Preto. Diagnostica-se que tal projeto carece ainda de medidas para sua efetiva organização e abertura à visitação pública. Verifica-se a priorização da preservação dos vestígios e remanescentes arqueológicos circunscritos ao território do parque, ao passo que a população local, verdadeira guardiã de tal patrimônio, corre o risco de ser apartada deste contexto por uma cerca de alambrado – prevista no projeto arquitetônico do Parque. Ao final do artigo, são apresentadas algumas propostas, no sentido de se humanizar as futuras intervenções na área.

Palavras-chave: Ecomuseologia, Parque Arqueológico, Ouro Preto-MG

1. INTRODUÇÃO

¹ Graduanda em Turismo na Universidade Federal de Ouro Preto-MG. bruna_gorete@hotmail.com

² Graduanda em Turismo na Universidade Federal de Ouro Preto-MG. dani_638@hotmail.com

³ Graduando em Turismo na Universidade Federal de Ouro Preto-MG. Graduando em Conservação e Restauro no Instituto Federal de Educação Tecnológica. mathaeusp@hotmail.com

⁴ O professor Bruno Pereira Bedim, é o orientador da pesquisa e coordenador do projeto de extensão Prognóstico Turístico do Morro da Queimada. Professor efetivo do Departamento de Turismo da Universidade Federal de Ouro Preto. Des de março de 2010 coordena também o Projeto Inventário Participativo do Ecomuse da Serra de Ouro Preto, em parceria com a prof^a Yara Mattos, do Departamento de Museologia da UFOP.

Para uma análise consistente de um bem patrimonial, ou de qualquer recorte que se faça no espaço, antes é necessário entendê-lo em sua complexidade. Milton Santos (2008, p.103) o entende como um “conjunto inseparável de sistemas de objetos e sistemas de ações”, conformado em um sistema de valores em constante transformação. E mais, se por um lado o espaço é formado pelo resultado material acumulado das ações humanas através do tempo, por outro ele é animado pelas ações atuais que hoje lhe atribuem um dinamismo e uma funcionalidade (Idem), configurando assim um espaço forma-conteúdo. Assim podemos então avaliar o meio ambiente, onde se insere a fauna e a flora ali existentes; a paisagem, que inclui uma vista panorâmica da cidade de Ouro Preto com grande relevância cênica; e o entorno que é a constituição das comunidades que permeiam os arredores do Parque Arqueológico. Esses são fatores substanciais para a compreensão da dinâmica social que tanto interessa ao estudo do patrimônio cultural.

Sendo assim, o espaço resultante dos processos históricos a que foi submetido o Morro da Queimada, na cidade de Ouro Preto, nos revela uma paisagem que combina estruturas remanescentes⁵ do século XVIII, com uma fauna e flora também não menos relevante.

Apesar de sua relevância enquanto patrimônio histórico-cultural valemo-nos inicialmente de uma contextualização histórica do objeto em questão, para maior entendimento da dinâmica em que desenvolveu o Projeto do Parque Arqueológico do Morro da Queimada, que é uma das questões centrais deste trabalho. Passa-se em seguida a uma caracterização objetiva do citado Projeto, a fim de entender seus pontos estruturais, no propósito final de se construir um exame preliminar das ações deste.

Importante indicar que este trabalho é parte dos resultados de um projeto de extensão e pesquisa realizado em 2009, na Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP): o Projeto “Prognóstico Turístico do Parque Arqueológico do Morro da Queimada”, cadastrado na Pró-Reitoria de Extensão e coordenado pelo professor Bruno Bedim, do Departamento de Turismo da UFOP. Tal projeto está vinculado ao “Programa de Implantação do Uso Público do Parque Arqueológico do Morro da Queimada (Ouro Preto – MG)”, coordenado pela museóloga e professora Yara Mattos (Departamento de Museologia). O referido projeto consistiu na realização de um Prognóstico Turístico visando à implantação da visitação pública neste sítio arqueológico, viabilizando ações transformadoras nas comunidades dos Morros da Queimada, Santana, São João, São

⁵ Ruínas das edificações da época, abrigos escavados na rocha, grandes galerias, bocas das antigas minas de ouro e sarilhos para suas ventilações.

Sebastião e Piedade, a partir de um enfoque interdisciplinar entre Museologia e Turismo de Base Comunitária. Estas disciplinas anteriormente citadas unificam-se no contexto do projeto, para estudar principalmente as relações das comunidades com seu espaço de vivência, que poderá ser para tanto, desfragmentado com a construção do Parque.

2. CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA DO SÍTIO ARQUEOLÓGICO DO MORRO DA QUEIMADA

As ruínas arqueológicas do Morro da Queimada são vestígios do primeiro núcleo formador da cidade de Ouro Preto – área do antigo Arraial do Ouro Podre ou do Pascoal. Sua importância histórica nos remete a acontecimentos expressivos do final do século XVII e início do século XVIII, como a Sedição de Vila Rica ou a Revolta de Felipe dos Santos. A formação do arraial data do final do século XVII, precisamente em 1698, quando da chegada dos primeiros bandeirantes às minas de ouro localizadas em suas encostas. Os primeiros a explorarem estas terras foram os paulistas da família Camargos.

O início da exploração ocorreu no local que hoje se chama “Caminho das Lajes”. Os primeiros ocupantes das Minas Gerais, preocupados apenas com a exploração do ouro, não deram importância a necessidades básicas como o cultivo de alimentos para a subsistência. (...) uma crise de fome entre os anos 1700-1701 (...) levou muitos mineradores, como os Camargos, a abandonarem a região. (Revista de Bordo, 2006, s.p.).

Por volta de 1704, o ex-mascate português Pascoal da Silva Guimarães, vendo que já não se abundava o ouro de aluvião, se instala na data⁶ despovoada dos Camargos, e lá prossegue com a exploração do ouro. O Arraial do Ouro Podre era região de muita riqueza, e muito logo Pascoal figurou como um dos mais ricos e importantes homens da região, através da exploração do ouro. Estima-se que já em 1708, houvesse 300 escravos sob sua propriedade (GUIMARÃES, 1994).

Nos anos posteriores, aproximadamente 1710-1711, a região (que reunia os arraiais próximos, inclusive o do Ouro Podre) agora já batizada de Vila Rica, tomava os ares do desenvolvimento urbano, e da organização administrativa. E a Coroa Portuguesa se vê impelida a intervir cada vez mais na Capitania de Minas e São Paulo.

⁶ Área destinada para a mineração.

Então sob o desígnio de ampliar a arrecadação de impostos sobre o ouro extraído das minas, Portugal institui em 1719 a Casa de Fundição para cobrança do quinto⁷, e proíbe a circulação do ouro em pó. “Em cada cabeça de comarca seria instalada uma casa onde os mineradores deveriam levar seu ouro para ser fundido e, durante este processo quintado” (GUIMARÃES, 1994).

Impulsionados pela nova cobrança fiscal de Portugal, em 1720 alguns dos mais ricos moradores da região das minas, entre eles o dono do Morro Pascoal, e Felipe dos Santos, se envolveram juntamente com um grande número de pessoas na rebelião contra a Coroa, a chamada Sedição de Vila Rica. Os revoltosos ameaçaram o governador da capitania, Conde de Assumar, sob a reivindicação de que fossem extintas as Casas de Fundição. Segundo Xavier da Veiga:

Derão [sic.] começo à ação alguns grupos de mascarados descidos do Morro do Ouro Podre (depois denominado Morro da Queimada) com séquito numeroso de pretos armados e de populares que se lhes agregavam. Caminhavam resolutos e ameaçadores na execução de um plano d’antemão concertado, conquanto o maior número apenas agisse inconscientemente como elemento subalterno ao serviço dos “cabeças”. (VEIGA, apud GUIMARÃES, 1994, s.p.).

Frente às ameaças, e do levante inesperado, o governador aceita o elenco de reivindicações. Contudo, tão logo o Conde restabelece o controle da situação, ele inflige medidas de repressão ao movimento. O governador “reúne cerca de mil e quinhentos homens (militares, escravos, e mamelucos) e marcha sobre Vila Rica.” (OSTANELLO, 2007). Acusado de ser o líder da rebelião, Felipe dos Santos foi julgado e condenado à execução por enforcamento em praça pública. Pascoal da Silva Guimarães, também capturado pela tropa, foi deportado para Lisboa. E o Arraial do Ouro Podre, abrigo dos revoltosos, foi completamente queimado. Assim ordenou Conde de Assumar, que:

...imediatamente se levantasse fogo à vasta casaria de opulento “mineiro” Pascoal da Silava e, às de outros sublevados, em torno dos quais havia extensos arranchamentos, moradia de cerca de quatro mil escravos trabalhadores das minas. Não tardou a lavrar o bárbaro e devastador incêndio no Morro de Ouro Podre, onde residiam quase todos os conjurados e que por essa vandálica destruição se ficou chamado Morro da Queimada. (VEIGA, apud GUIMARÃES, 1994, s.p.).

Em função de tal acontecimento, as casas de fundição em Minas Gerais e a transformação de sua capitania em uma sede administrativa da Coroa foram adiadas por

⁷ Imposto cobrado pela coroa portuguesa sobre o ouro encontrado nas minas, 1/5 da riqueza explorada.

quatro anos. A sedição de Vila Rica se tratou então de um movimento fundamental para a história do Brasil, e para o período colonial. A rebelião seria o embrião para o conflito posterior, também de caráter anti-fiscalista e nativista nas Minas Gerais, a Inconfidência em 1789 (Idem).

Nos séculos posteriores, entretanto, o Morro da Queimada se configurou em reduto da comunidade menos afortunada que ansiava por oportunidades de vida e moradia. Em meados do século XX, a região começou a ser ocupada de forma desordenada. Dois fatores principais explicam tal processo:

i) as condições socioeconômicas daquela população que, sem muitas alternativas de inclusão social, construíram suas casas nas encostas como única forma de garantir acesso à casa própria;

ii) Fatores geográficos da cidade de Ouro Preto favoreceram a expansão da cidade para as áreas de encostas, uma vez que os vales já estavam totalmente ocupados desde o século XIX. O relevo acidentado contribuiu para direcionar a expansão da cidade para as encostas abruptas da Serra de Ouro Preto, haja vista que tais encostas envolvem o centro histórico da cidade. Ratifica-se para tanto, que não se pode falar de “invasão” na região do Morro da Queimada, pois existiram naquela época algumas conveniências para o poder público municipal, que incentivou a ocupação irregular de tais áreas como forma de diminuir a pressão sobre centro histórico da cidade. Havia, ainda, interesses eleitorais envolvidos neste processo.



FIG. 1: Vista panorâmica da cidade de Ouro Preto a partir do Morro da Queimada.

Em primeiro plano, as ruínas arqueológicas do Morro da Queimada. Constituídas por pedras, tais ruínas compõem o principal atrativo turístico do território do Ecomuseu da Serra de Ouro Preto. Ao fundo, nota-se a Serra do Itacolomi e o contorno da malha urbana da cidade.

Fotografia: Prof. Bruno Bedim, out.2009.

3. O PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO

Remanescentes do período da mineração nessa região, as ruínas, galerias e outras edificações inerentes ao processo de exploração aurífera atravessaram os séculos e hoje compõem o sítio arqueológico de grande relevância para a história de Ouro Preto.

Contudo, em razão do seu recente processo de ocupação e urbanização, alheio a qualquer tipo de planejamento, e também por uma negligência do poder público, que tende a priorizar a preservação do patrimônio cultural do centro histórico da cidade, o sítio arqueológico do Morro da Queimada sofreu demasiadas perdas de artefatos. Inúmeras ruínas serviram de base para as novas habitações, ou foram retiradas e usadas como material de construção.

Ainda não é possível dimensionar o volume, e tampouco a diversidade de materiais existentes na região, pois o sítio carece de um levantamento técnico minucioso

para tal. Entretanto, algumas estruturas remanescentes já podem ser identificadas. Segundo Oliveira (2008),

Existem no local, além das ruínas das edificações da época, abrigos escavados na rocha, grandes galerias, bocas das antigas minas de ouro e sarilhos para suas ventilações. Existem ainda nesse sítio arqueológico mundéus, que são construções feitas para a lavagem do ouro, pequenos açudes, segmentos de canais de captação de água, além de sistemas hidráulicos com canais utilizados para o transporte de água e de lama aurífera. (OLIVEIRA, 2008, p.2)



FIG.2: Sarilho de uma das antigas minas de ouro do Morro da Queimada. Estas bocas (buracos) eram utilizadas para extração, ventilação e transporte de ouro dos túneis, sendo de grande relevância histórica e arqueológica, pois remetem à gênese da mineração na região. Na imagem, é evidente a falta de manutenção e limpeza de tal patrimônio, haja vista a proliferação de ervas daninhas.
Fotografia: Prof. Bruno Bedim, out.2009.

Estas composições encontradas no Morro da Queimada representam então o testemunho material das técnicas e processos da exploração aurífera do século XVIII, e que em si já concebem valor histórico e patrimonial. Entretanto, sob uma abordagem mais ampla, para além do objeto, estes remanescentes podem revelar características importantes sobre o modo de vida, o cotidiano e o pensamento da sociedade colonial.

4. IMPLANTAÇÃO DO PARQUE ARQUEOLÓGICO

Tendo em vista a efetiva deterioração deste patrimônio, medidas preservacionistas fizeram-se urgentes e necessárias. E sob essa perspectiva é que surge o Projeto do Parque Arqueológico do Morro da Queimada. Porém, anteriores a ele, outras ações podem ser identificadas no sentido de defesa do patrimônio histórico ambiental. Em 1993, por exemplo, foi elaborada pela Prefeitura de Ouro Preto uma proposta de criação de Área Municipal de Proteção Ambiental (APA) Cachoeira das Andorinhas e Morro da Queimada, em que estavam previstas diversas intervenções. Entre elas, a restauração das ruínas do Morro da Queimada. Embora a APA tenha sido legalmente criada, nenhuma proposta de preservação das ruínas arqueológicas foi efetivada.

Em 1996, a Lei Complementar nº 01/96, que instituía o Plano Diretor do Município de Ouro Preto, mencionava o seguinte: “fica destinada área para criação do Parque Arqueológico do Morro da Queimada” (OURO PRETO, 1996, § 2º, art. 26). É fato que este plano não foi implantado, contudo já aponta indícios de alguma ação posterior de preservação do sítio.

Entre outras ações na tentativa de proteger a área em questão, tem-se também o Laudo Preliminar Histórico-Arqueológico, elaborado em 1994, por Carlos Magno Guimarães, Alenice Motta Baeta e Marco Eugênio Brito.

Enfim, em 21 de dezembro de 2005, o projeto Parque Arqueológico do Morro da Queimada em Ouro Preto foi definitivamente estabelecido e aprovado pela Comissão Nacional de Incentivo à Cultura/Ministério da Cultura (processo nº 0140.013659/05-54, salic nº 05 7586). Como este processo já estava em andamento desde 2003 e só em 2005 foi aprovada, a iniciação efetiva dos estudos e levantamentos topográficos e históricos do local pelos membros do IPHAN foram transferidos imediatamente para os anos 2006 e 2007. Juntamente com os estudos, iniciou-se também um intenso processo de captação de recursos financeiros e humanos.

O Museu de Arte Sacra do Carmo, juntamente com a Paróquia do Pilar, ficou encarregado de buscar patrocínio junto a instituições privadas. A Caixa Econômica Federal, a Petrobrás a partir de seu programa Petrobras Cultural e a Novelis do Brasil S/A foram as primeiras empresas a disponibilizar recursos financeiros para o início das atividades. É de se considerar que o valor exato do financiamento de cada instituição não conta nos documentos do IPHAN consultados.

5. AÇÕES DO PROJETO PARQUE ARQUEOLÓGICO MORRO DA QUEIMADA

Juntamente com profissionais da Prefeitura Municipal de Ouro Preto e da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), integrantes do IPHAN iniciaram de fato os trabalhos em torno do Morro da Queimada. Além de pesquisas específicas em relação à topografia e ao número de unidades habitacionais consideradas “irregulares” no local, foi realizado um levantamento sobre o contexto social em que o mesmo Morro se insere (OLIVEIRA, 2008). Paralelo aos estudos, o projeto do Parque Arqueológico já estava passando por um processo de divulgação, sendo apresentado em alguns simpósios e conferências de âmbito mundial em cidades como Lisboa (Portugal) e Antalya (Turquia).

A partir de 2008, a sociedade civil, preocupada com assuntos referentes à conservação patrimonial e ambiental, foi convocada a apoiar o projeto. E como de fato se esperava, além da Associação de Moradores do Morro da Queimada, da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), da Federação das Associações de Moradores de Ouro Preto – FAMOP e da Associação de Amigos do Patrimônio Natural e Cultural (AMO Ouro Preto), outras instituições também se filiaram ao projeto. Dentre elas estão: a Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Estadual (IEPHA), o Instituto Estadual de Florestas (IEF/MG) e a Fundação Gorceix.

Análises realizadas no local pelo IPHAN, inicialmente responsável pela coordenação do projeto, fazem um levantamento do patrimônio cultural e natural existente no local. Propostas de obras e medidas de proteção para preservação do acervo foram esboçadas. Em 2009, contudo, o IPHAN deixa de coordenar o projeto e passa apenas a ser um parceiro, haja vista que a coordenação geral do projeto do Parque Arqueológico foi assumida pela Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ).

Dentre outras ações estão a realização do projeto arquitetônico para revitalização do sítio, que ainda não foi implantado; e o projeto de habitações, para as 19 famílias de moradores removidos da área do sítio arqueológico do Morro da Queimada – o que provocou debates e polêmicas.

a. O PROJETO ARQUITETÔNICO DO PARQUE ARQUEOLÓGICO

O projeto arquitetônico elaborado para o Parque Arqueológico do Morro da Queimada objetivou inicialmente ações que incorrem sobre a identificação, proteção e estruturação dos vestígios arqueológicos remanescentes.

A partir de estudos de ordem histórica e geográfica, a equipe do projeto composta pelos arquitetos Rafael Ashton e Mariana Pedrosa, e coordenada por Rodrigo Otávio De Marco Meniconi compilou as informações e diagnosticou as necessidades de intervenções mais imediatas para o parque. Desta análise resultaram os seguintes objetivos iniciais: criação de muros, cercas e alambrados; criação de vias de acesso; implantação de edificações em prol da realização das atividades previstas; consolidação, restauração e agenciamento das ruínas; proposição de obras e medidas de proteção.

É de se questionar, neste projeto arquitetônico, a construção de alambrados que separarão a comunidade local do sítio arqueológico, uma vez que tal proposta se dissocia da concepção de Ecomuseologia⁸ – uma vez que a área compõe o território do Ecomuseu da Serra de Ouro Preto (tópico 6 do artigo). A delimitação de barreiras físicas, previstas no projeto do Parque Arqueológico, pode contribuir ainda mais para a exclusão da população local.

Após se debruçar sobre estes estudos primeiros, e de tê-los aprimorado, a equipe supracitada estabeleceu diretrizes para as intervenções do projeto. Entre elas está definida a utilização de percursos e lugares já existentes, visando à minimização do impacto sobre o ambiente, uma vez que evita novas alterações no complexo; pressupõe também o emprego de soluções ditas “sustentáveis” na construção das edificações; a adoção de linguagens e tratamentos que demonstrem a contemporaneidade do empreendimento, mas que, ao mesmo tempo, façam referência à arquitetura tradicional da cidade. Por outro lado, o grande volume dos prédios poderá ser avistado de qualquer parte da cidade de Ouro Preto, o que causará certo impacto paisagístico.

Balizados por estas diretrizes, passou-se à seleção dos acessos que, conforme já mencionado, utilizarão de caminhos pré-existentes. Já a escolha dos locais para as edificações cuidou para que estas fossem projetadas nos locais de limite do sítio a fim

⁸ A ecomuseologia é entendida por Georges Henri Rivière como um espelho onde a população se contempla para aí se reencontrar, espelho que oferece igualmente aos seus visitantes para melhor se fazer compreender, mediante o seu trabalho, as suas condutas e a sua intimidade. A ecomuseologia promove, na verdade, o avivar da memória das populações, mediante a recuperação de elementos que marcam a sua actividade, como moinhos e as oficinas artesanais. (RIVIÈRE apud FERNANDES, 2002, p7)

de se preservar o cerne do território onde há uma maior concentração dos vestígios e remanescentes arqueológicos.

Com relação às edificações a serem implantadas, estão previstas: Portaria, com recepção, guarda-volumes, loja e banheiros para os visitantes; Centro de Convivência, com o setor administrativo, depósitos, área de exposições, auditório, anfiteatro e cafeteria; Centro de Estudos com laboratórios, reserva técnica e espaços de apoio; Centro Comunitário com salas de reuniões, Ecomuseu e salas multimeios. Segundo o projeto, pretende-se erguer tais construções em plataformas elevadas, que dispensariam grandes movimentos de terra. Além disso, prevê o emprego de estruturas metálicas e de elementos construtivos pré-fabricados que reduziriam ao mínimo a produção de rejeitos. As coberturas verdes também previstas, além de proporcionar conforto e isolamento, servirão para recolher as águas da chuva.

No que tange à caracterização das edificações, os conceitos arquitetônicos adotados perpassam pela sustentabilidade, e por um estilo despojado, transparente e entremeada com os elementos naturais. Assim o projeto tem a pretensão de combinar aspectos expressivos e tecnológicos, próprios da contemporaneidade, com características tipológicas e construtivas tradicionais.

b. PROJETO HABITAÇÕES

Um programa de Arquitetura Pública para a área foi constituído por estudantes de Arquitetura da UFMG, que desenvolveram projetos para moradias das famílias que estavam sendo removidas do Morro da Queimada.

A partir de fevereiro de 2006 e ao longo daquele ano, esse Projeto Arquitetônico foi elaborado e praticado; os objetivos e orientações para a construção do projeto arquitetônico foram discutidos com toda a equipe responsável através dos vários setores que envolvem o projeto. O projeto foi elaborado visando à adequação e regularização dos imóveis das famílias que foram removidas da área do Projeto Parque Arqueológico Morro da Queimada, o qual faz limite com cinco bairros de Ouro Preto, a saber: Morro da Queimada, São Sebastião, São João, Morro Santana e Piedade.

O projeto também intencionava proporcionar, pela arquitetura, uma melhoria na qualidade de vida dos beneficiados, através do uso de conceitos e didáticas que tendem a estudar o uso e ocupação do solo urbano submetidos às normas de urbanização que os disciplinem.

Inicialmente, para se atingirem os objetivos do projeto, chegou-se a um consenso de realizar um assentamento das residências, onde seriam várias as vantagens de uso e ocupação do solo urbano e atendendo às leis urbanas. Isso daria um caráter coletivo à solução do problema, mas sem esquecer a individualização de cada caso. Para tal, após o programa de necessidades básicas das famílias a serem removidas, seria localizada uma área de terreno suficiente para urbanizar e implantar um conjunto de residências a serem construídas no Morro Santana.

Entretanto, em julho de 2006, a Secretaria de Patrimônio e Regularização Urbana da Prefeitura Municipal de Ouro Preto encaminhou o processo de remoção com o pagamento de indenizações pelo valor dos imóveis a serem abandonados e as famílias afetadas, buscando no setor imobiliário local a nova opção de moradia, esta sendo apresentada foi vistoriada e referendada pela secretaria.

Dessa forma, os projetos que foram realizados e aprovados (no total foram quatro) somente tiveram o objetivo de reformar e adequar para a regularização das edificações selecionadas, abrangendo uma ampla gama de casos diversos, que de uma forma ou outra não conseguiram se enquadrar às normas vigentes para construção na cidade. Assim o projeto arquitetônico perdeu seu objetivo pedagógico com as remoções e a pretendida construção das residências numa área de terreno específica, e que se enquadrariam nas normas vigentes para construção na cidade.

As discussões entre os agentes envolvidos na questão – os moradores, os integrantes do projeto e da Secretaria Municipal – foram realizadas através da Associação de Moradores do Morro da Queimada e tiveram como mediador o Sr. Juliano Ferreira. Foram identificados 19 (dezenove) casos de remoção; a priorização dos casos a serem atendidos coube à Associação de Moradores do Morro da Queimada.

6. O ECOMUSEU DA SERRA DE OURO PRETO

O Projeto Ecomuseu da Serra de Ouro Preto, idealizado e coordenado pela professora Yara Mattos, existe desde 2005 e já realizou alguns trabalhos práticos nas comunidades envolvidas: Morros São Sebastião, Santana, São João e Morro da Queimada. O conceito de Ecomuseu nasceu sob uma ótica ecológica e com noções de pertencimento do território (VARINE, 1987). Portanto, é a população que cuida dos seus bens, preservando seu patrimônio e educando todas as gerações para que o sentimento de pertencimento e as ações efetivas não se percam no tempo, bem como

atua na inserção da comunidade local no projeto visando sua participação de modo ativo para a realização do mesmo. Segundo Varine (2006), os Ecomuseus não lidam exatamente com objetos propriamente ditos, mas sim com expressões e memórias. O museu normal é feito com as coisas; o museu comunitário é feito com as pessoas.

Os primeiros resultados do trabalho desenvolvido no Ecomuseu da Serra de Ouro Preto foram apresentados em alguns Congressos e adquiriram maior visibilidade com o apoio do francês Hugues de Varine, cunhador do termo e do conceito de Ecomuseu com George-Henri Rivière. Varine é ex- Presidente do ICOM, membro fundador do Movimento Internacional para uma Nova Museologia (MINOM) e consultor internacional em Comunidades, Patrimônio e Desenvolvimento da UNESCO. Desde 2008, Varine participa do projeto com orientação, informações, palestras e trocas de dados. Sobre a importância e valor do Ecomuseu da Serra de Ouro Preto, pode-se citar Hugues de Varine e Odalice Priosti que afirmam em seu artigo:

...os membros de uma comunidade desfavorecida vivem discretos nas encostas da serra, mas cientes de seu passado histórico, nas minas da antiga Ouro Podre que originou a Vila Rica. Sob suas casas simples e ao seu redor corre o clamor dos escravos mineiros que construíram Ouro Preto, Patrimônio da Humanidade. Estes cidadãos afirmam sua diferença, sua singularidade e criam um fórum de idéias sobre o tipo de museu que querem fazer para guardar as memórias arqueológicas das entranhas de sua terra e a dos descendentes negros. O Ecomuseu da Serra de Ouro Preto faz seu caminho. (VARINE; PRIOSTI, 2007, p.3).

O Projeto Ecomuseu também desenvolve oficinas e outras atividades com a população que reside nas adjacências das ruínas arqueológicas. São trabalhadas as noções de patrimônio, pertencimento, preservação, história, atividades recreativas e educacionais, sensibilizando os sujeitos envolvidos quanto à importância histórico-social de suas origens – visando à preservação identitária. Os oficinairos compõem-se de alunos e professores da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP) e outros voluntários da comunidade ouropretana (professores de escolas públicas, colaboradores, moradores dos morros, etc.), os quais desenvolvem ações de diversas maneiras como dinâmicas, palestras, debates, ações lúdicas como desenhos, recortes, teatros, danças, entre outros – estimulando assim a compreensão e interesse pelas propostas.

Neste sentido, é preciso que os profissionais envolvidos tenham cuidado e delicadeza ao lidar com as comunidades, já que em muitos casos, pode ocorrer certa resistência. Além de explicar o que será realizado, é importante que se encontrem lideranças dentro das próprias comunidades; estes líderes facilitam a comunicação e

geralmente colaboram tanto na execução como na criação de boas idéias – já que eles, mais que ninguém, sabem das suas necessidades.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

No projeto do Parque Arqueológico, verifica-se claramente a priorização da preservação dos vestígios e remanescentes arqueológicos circunscritos ao território do parque, ao passo que a população local, verdadeira guardiã de tal patrimônio, corre o risco de ser apartada deste contexto por uma cerca de alambrado – prevista no projeto arquitetônico.

Esta cisão espacial (a cerca) poderá ameaçar a consolidação de um efetivo Ecomuseu neste território, haja vista que a cerca é uma clara impedância ambiental a separar a população local do patrimônio cultural ali existente. O desalojamento de famílias da área das ruínas, já ocorrido, parece um contra-senso do projeto, haja vista que o mesmo pretende edificar instalações volumosas na área.

As trilhas comunitárias que perpassam o parque devem ser mantidas, no sentido de não atrapalhar a comunicação com outras comunidades. Os tradicionais espaços culturais populares, como o Bar da Vanilda, devem ser valorizados e revitalizados. Aponta-se a necessidade de criação de novos espaços de lazer no Morro, como quadras esportivas, praças, etc. Recomenda-se a realização de estudos sobre a viabilidade de implantação de projeto de implantação de receptivo familiar dos bairros integrantes do Ecomuseu da Serra de Ouro Preto.

Ademais, o cotidiano da comunidade deve ser mais pesquisado e compreendido, no sentido de se minimizar os impactos sobre a mesma, e ainda, que sejam implementados projetos complementares que visem a maximizar o efeito multiplicador do turismo no local, gerando emprego e renda. Para todo, ratifica-se que o Parque Arqueológico no Morro da Queimada, tende a ser um atrativo diferencial na cidade de Ouro Preto no que tange a sua região. Como nas cidades históricas muito se enfatiza sobre a arquitetura urbana principalmente, um parque arqueológico, mesmo não muito próximo do centro histórico, pode proporcionar aos turistas uma visitação diferente das convencionais. Mais ainda, é de se considerar que, o projeto de Implantação do Parque Arqueológico, muito ganha por estar em inserido numa região tombada como patrimônio mundial pela (UNESCO) e que com isso, pode vir a receber turistas de distintas regiões do planeta.

8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BEDIM, Bruno Pereira. *Prognóstico Turístico do Parque Arqueológico do Morro da Queimada*. (Relatório de Extensão). Ouro Preto: PROEX/UFOP, 2009. 102 p.
- FERNANDES, António Teixeira. Poder local e Turismo Social. Porto: Universidade do Porto, 2002. Disponível em <<http://repositorioaberto.up.pt/bitstream/10216/7985/2/1488.pdf>>. Acesso em: 18 maio 2010.
- GUIMARAES, Carlos Magno; BAETA, Alenice Motta; BRITO, Marcos Eugênio. *Laudo preliminar Histórico-Arqueológico sobre as ruínas do Morro da Queimada*. Ouro Preto: [s.n.], 1994.
- LEVANTAMENTO VISUAL DO PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO DO MORRO DA QUEIMADA - Ouro Preto/MG Laboratório de Arqueologia, Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG, dezembro 2004. Coordenação Professor Carlos Magno Guimarães.
- OLIVEIRA, Benedito T. *O Parque Arqueológico do Morro da Queimada em Ouro Preto, MG: um projeto em construção com a comunidade*. Ouro Preto, [s.n.], 2008.
- OSTANELLO, Maria Cristina Pereira. *Parque Arqueológico, Ecomuseu e Turismo*. 2007. 80f. Monografia (Graduação em Turismo) – Universidade Federal de Ouro Preto, Ouro Preto, 2007.
- OURO PRETO. Lei Complementar n. 01 de 19 de dezembro de 1996. Institui o Plano Diretor do Município de Ouro Preto e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.cmop.mg.gov.br>>. Acesso em: 12 abr. 2010.
- REVISTA DE BORDO. *O Morro da Queimada: a importância no contexto histórico das Minas Gerais*. [S.l.]: [s.n.], v 1, n. 1, maio, 2006.
- SANTOS, Milton. *A Natureza do Espaço*. 4. ed. São Paulo : Ed. USP, 2008.
- SCATAMACCHIA, M. Cristina M. *Turismo e Arqueologia*. São Paulo: Aleph, 2005.
- VARINE, Hugues. *O Tempo Social*. Rio de Janeiro: Livraria Eça Editora, 1987.
- VARINE, Hugues. *O museu comunitário é herético?* In: *Jornal Quarteirão*- nº 67- maio/Junho 2006. Rio de Janeiro. NOPH: p. 12-15 Disponível em www.interactions-online.com.
- VARINE, Hugues; PRIOST, Odalice. *O Novo Museu Das Gentes Brasileiras: criação , reconhecimento e sustentabilidade dos processos museológicos comunitários*. 12º Atelier Internacional do MINOM, Museus e Sociedade, 2007.
- VEIGA, Pedro Xavier da. *Efemérides Mineira*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado, 1897. Vol II.